

Edição 09
Gestão 2017-2019
Setembro de 2018
Filiado à FASUBRA
assufop.com.br

jornal ASSUFOP

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFOP - ASSUFOP

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA EM COLAPSO

Além dos cortes na educação, ciência e tecnologia, órgãos de controle do governo golpista enquadram universidades federais. Mobilização é a única saída.



Relembre os parlamentares que votaram contra você

Deputados e Senadores que votaram a reforma trabalhista, a terceirização irrestrita e a EC 95 agora pedem seu voto!



Entidades discutem renovação do plano Unimed

ASSUFOP, SINASEFE IFMG e ADUFOP articulam estratégias para negociação com a seguradora

▲ Acesse o conteúdo do jornal no seu dispositivo móvel

- se distancia de seu objetivo principal. Em nome de uma difusa moralidade no serviço público aliada à crescente judicialização da política e do ensino, o caráter público da universidade **segue em vias de extinção**. De imediato, quem sofre as piores consequências deste “vigiar e punir” são os servidores. Explicaremos:

Estamos acompanhando os duros ataques às universidades públicas disparados pelo desgoverno de Temer. O retrocesso é incalculável: corte brutal de verbas das instituições; relutância do Ministério da Educação (MEC) em efetivar a nomeação de reitores após consultas nas universidades; Ministério Público Federal (MPF) coagindo gestores como ocorrido na UFMG e em Santa Catarina cujo reitor preferiu se matar a ter de viver com o rótulo de “bandido” num processo sem prova alguma; o desmonte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, ameaçando deixar professores e alunos sem a prorrogação destas, entre outros.

A Universidade Federal de Ouro Preto não está alheia a tais interferências e retrocessos. Diariamente, trabalhadores técnico-administrativos estão sendo surpreendidos com atos que prejudicam conquistas históricas da categoria como a intervenção governamental para precarizar a jornada das 30 horas e a recente implantação do ponto eletrônico. Decisões verticais do TCU, após recomendações da CGU. A regra em Brasília aos reitores é clara: ou implementa ou arque com as multas, processos administrativos e mais redução das verbas.

Porém, todo autoritarismo pressupõem uma rebelião. Ou as universidades enfrentam, com apoio de toda comunidade, a estrutura do golpe formada por Temer, ou passam

o poder de vez para os órgãos de controle do governo. Dessa forma a UFOP deve insurgir contra os grilhões do governo, defender os estudantes e servidores - TAEs e docentes - sem medo do ônus de administrar uma universidade em tempos de exceção.

Essa “intererência” excessiva dos órgãos de controle nas universidades inverte a lógica da administração pública. Não é exagero dizer que, indiretamente, CGU e TCU, através de suas “mãos invisíveis”, tutelam o funcionamento das universidades.”Em outras palavras: “nós (o governo) damos a liberdade de escolha a vocês (reitores) desde que façam a escolha ‘certa’”. Uma falsa liberdade que subjaz uma ordem muito mais severa, maquiada de autonomia.

Posicionar-se contra os abusos do TCU, CGU, AGU não implica dizer que a educação pública deve funcionar sem fiscalização, sem “prestar contas” ao povo brasileiro. As universidades contam com órgãos de fiscalização suficientemente competentes, com profissionais gabaritados selecionados por concursos exigentes. Portanto, é preciso defender os conselhos acadêmicos, as diretrizes e regulamentos de cada universidade para que esta não caia na máquina burocrática neoliberal que usurpou o Executivo, cujo mote é fazer da educação uma mercadoria barata e, portanto, gerar lucro para os rentistas da atrasada elite brasileira. Tudo isso esbarra na proteção à autonomia.

Se há um órgão público brasileiro que ainda sobrevive com prestígio nacional e internacional é, sem dúvida, a universidade federal e seus feitos notórios que transformam a sociedade e desenvolve a nação.

É útil rebelar-se

O cenário é desolador. E apesar da incerteza se as IFES sobreviverão, não se vê uma reação dos reitores (ANDIFES) com a mesma intensidade dos ataques. Tampouco de parte da sociedade a qual assiste o direito à educação gratuita e de qualidade ir para o espaço.

Não é preciso ser gênio para dizer quem realmente ganha com a inércia social, a desmobilização popular. Sabemos que o Brasil está sitiado por uma elite que tem interesse na desigualdade social e se sente ameaçada por cada diploma entregue ao filho/a de um pedreiro ou uma doméstica. Por isso, o sucateamento da universidade pública, gratuita e de qualidade é intrínseco ao trágico período histórico que vivemos.

Frente a essa realidade distópica para as universidades, o ASSUFOP faz

**VAMOS
ESPERAR
A UNIVERSIDADE
ACABAR
PARA NOS
MOBILIZAR?**



um chamado para a comunidade acadêmica: é hora de nos rebelarmos. O imobilismo deve ser superado. Só assim é possível barrar a avalanche de ataques do atrasado neoliberalismo e retomar o desenvolvimento das universidades e, conseqüentemente, da ciência e tecnologia nacional.

Historicamente, os TAE's da UFOP, de forma organizada, trazem o semblante da luta local em defesa das universidades. Na greve de 2016 contra a aprovação da PEC 241/16 (atual EC 95/16), que congelou por 20 anos os investimentos em políticas públicas, os reitores se posicionaram ao lado dos técnicos na defesa da universidade. Porém, em algumas IFES, ao fim do movimento paretis-

ta, os trabalhadores foram surpreendidos com a implantação do ponto eletrônico por determinação dos órgãos de controle. Não é razoável que, ao agir em consonância com o governo, as administrações punam os trabalhadores sem uma alternativa para a resistência ao que está posto. Por isso, a mobilização há de ser unificada, um grande "impacto nacional" com reitores, docentes e estudantes, com tudo - parafraseando aqui o "ilustre" senador Jucá, ou Caju, para os amigos da Odebrecht.

Para mudarmos esta situação torpe, a luta radical é nossa última opção para garantir a constitucional autonomia universitária e resgatar o orçamento da educação trucidado "temerariamente". Temos que

denunciar estes ataques e organizar ações de resistência nas ruas e nos locais de trabalho, conclamando uma Greve Geral da educação.

Se a comunidade acadêmica continuar acomodada com a aniquilação do caráter público do ensino veremos, novamente, por todo Brasil, as desesperadoras cenas do episódio do dia 2 de setembro: o Museu Nacional, memória máxima do Brasil, reduzindo-se às cinzas, entrando para a história como resultado vil de uma política perversa do descaso. Será este o destino das nossas universidades?

Entidades se reúnem para discutir renovação do plano de saúde Unimed



Participaram da reunião os diretores da pasta de assistência, Luciana Santos e Lourival Nunes, além do presidente do ASSUFOP, Sérgio Neves (Foto: Larissa Lana/ADUFOP).

Na tarde da última quinta-feira (30), representantes do ASSUFOP, SINASEFE IFMG e ADUFOP se reuniram para discutir estratégias para a renovação do contrato do plano de saúde Unimed. O diálogo abre uma série de encontros entre as entidades para discutir o assunto

antes da reunião com a gerência da Unimed Inconfidentes.

Entenda como é feita a renovação do contrato:

O contrato coletivo das entidades (ASSUFOP, SINASEFE IFMG e ADUFOP) com a Unimed é

renovado todo ano (outubro) e por isso sofre um reajuste anual previsto em contrato. O Índice de Reajuste Anual do contrato constitui-se da soma do Índice IGP-M do período (IGP-M), acrescido do Índice de Reajuste Técnico (IRT) baseado na taxa de sinistralidade medida pela

Unimed.

A sinistralidade equivale à contabilização da utilização do plano pelos usuários, compondo a relação entre custos (sinistro) e lucro da seguradora. Esse total é calculado e, depois, representado por um percentual. A sinistralidade é, portanto, o resultado imediato da grande utilização dos planos de saúde. As negociações sobre o reajuste são feitas em reuniões entre a seguradora e os representantes das três entidades.

Reajuste em 2017 foi de 0%.

No ano passado, a Unimed apresentou um relatório no qual os parâmetros da sinistralização, no período de outubro de 2016 a setembro de 2017, ficaram em 72,28%. O contrato entre as entidades com a

seguradora estabelece um índice de reajuste técnico caso a taxa de sinistralidade seja maior que 75%.

O contrato também prevê o reajuste econômico baseado no IGP-M cujo índice acumulado em setembro de 2017 foi de -1,45%. Mesmo assim, a Unimed Inconfidentes propôs um reajuste de 13,54% conforme índice da Agência Nacional de Saúde. Porém, este índice desconsiderava os termos de reajuste do contrato (reajuste técnico + reajuste econômico).

Levando em consideração os fatores supracitados, a comissão formada pelas entidades recusou o reajuste de 13,54% e propôs um índice de 0,00%, obedecendo os índices de reajuste inclusos no contrato.

Encaminhamentos

Os representantes das entidades solicitaram à Unimed o índice atualizado de sinistralidade no período de outubro de 2017 a setembro de 2018 para um estudo minucioso da questão. Este ano, o IGP-M acumulado até julho de 2018 foi de 8,26%, superior aos -1,45% referente a setembro de 2017.

Também foi destaque na reunião o desejo de iniciar as negociações com a Unimed Inconfidentes o mais breve possível, para que o diálogo não ocorra perto do vencimento do contrato. Dessa forma, os usuários não seriam prejudicados até que haja consenso entre as entidades e a seguradora de saúde.

NOSSA MEMÓRIA VÍTIMA DO DESCASO

O incêndio no Museu Nacional foi mais um golpe da Emenda Constitucional 95, sancionada por Michel Temer, em 2016. A PEC do fim do mundo, que determinou o congelamento dos investimentos públicos na cultura e educação por 20 anos, queimou a memória de 12.500 anos da América Latina. Se antes já havia redução de investimentos no museu gerido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a PEC do Teto, o investimento caiu de R\$ 415 mil para R\$ 54 mil em 2016.



O prédio, museu mais antigo do país, que contava com o maior acervo de história natural e arqueológica da América Latina, foi destruído por Michel Temer e seu clã do mal, incluindo todos os deputados e senadores que votaram a favor da PEC. Não bastasse o duro golpe na história e preservação dos patrimônios do Brasil, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (PMDB) fala em, ironicamente, autonomia universitária, no caso a UFRJ, para gerenciar gastos e investimentos no Museu Nacional.

Que investimentos? Além do sucateamento das universidades públicas, o que vimos foi um drástico corte de verbas para a manutenção do museu. Além disso, Carlos Marun afirmou que o museu poderia ter

procurado formas de gerar receita própria; o que esperar de um governo que não se sente responsável pela história do próprio país?

Numa tentativa de responsabilizar a universidade pelo dano, o governo tenta nos convencer de que a melhor saída é a privatização. Caso essa ideia seja levada adiante, as organizações sociais privadas seriam responsáveis pela manutenção de diversos museus.

Na prática, isso significa culpar a universidade pelo dano - desconsiderando que já sofre com os cortes de investimentos - e tirar do Estado o dever de zelar pelo patrimônio e pela cultura do país.

Eleição 2018: veja quais são os parlamentares mineiros que votaram contra você.

O Sindicato ASSUFOP relembra os principais ataques à classe trabalhadora durante os trágicos anos do (des)governo de Temer. É bom ficar atento aos parlamentares que apoiaram a devastação absoluta de direitos que pode ser lida na reforma trabalhista, terceirização irrestrita, congelamento dos gastos públicos por 20 anos (EC 95) entre outros. Diante disso o jornal ASSUFOP faz um resgate dos retrocessos e traz um alerta sobre o perigo para a nação caso os eleitores escolham novamente parlamentares que advogam contra o povo, contra o Brasil, em favor apenas dos interesses próprios, favorecendo a corrupção que apodrece a República.

EC 95 – ou PEC do congelamento de gastos.

Em 2016, o congresso aprovou um dos piores projetos da história política brasileira. A EC 95, antes PEC 241, simplesmente proíbe o Brasil de crescer por 20 anos. Ou seja, através de uma visão ultra neoliberal vendida como ciência boa, Temer juntamente com deputados, senadores congelaram as verbas em educação, saúde, assistência social, segurança pública, entre outros. Isso significa, em termos práticos, o desmonte absoluto do ensino público, gratuito e de qualidade; o fim do sistema único de saúde; o aumento da insegurança da população bem como a precarização da ciência; da tecnologia; das estradas etc. Veja ao lado.

Reforma trabalhista

Vigorando desde novembro de 2017, a “reforma” trabalhista vem cumprindo o que prometeu: mais direitos



aos empregadores e menos para os empregados. Não é novidade que o governo temeroso tem se encarregado da tarefa de desmobilizar a classe trabalhadora em prol dos mais ricos. A lei 13.467, no geral, prevê a autonomia dos patrões para negociar, basicamente, os direitos e deveres dos trabalhadores. Em um ano em que se comemora os 30 anos da Constituição Federal do Brasil, é de se lamentar que o país tenha regredido tanto em cerca de dois anos de Michel Temer no poder.

O aumento da precarização, a redução de direitos e acumulação de riquezas dos poderosos é evidente.

Com a falsa premissa de “negociação”, a lei acaba por dar mais força aos patrões, uma vez que esses possuem artifícios convincentes para que seus empregados façam o que seja mais lucrativo para as empresas, atropelando a própria Constituição que prevê a melhoria da condição social dos trabalhadores (art. 7º, I, da CF) e modificando mais de 200 dispositivos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Vale ressaltar que até mesmo o direito das mulheres está sendo atropelados com a “reforma” trabalhista, já que elas estão condicionadas a permanecer em ambientes insalubres

mesmo gestantes; Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostram que as negociações protocoladas no Ministério do Trabalho no primeiro semestre de 2018 recuaram 39,6% em relação ao ano anterior; mais uma prova que a ideia de negociar com o patrão não passa de uma ilusão para a realidade dos mais desfavorecidos. Isso também tem a ver com a tentativa de acabar com a luta sindical, retirando a obrigatoriedade do pagamento de imposto sindical que corresponde a um dia de salário, uma vez ao ano.

Somente neste país a negociação entre patrão e trabalhador vale mais do que a própria Lei.

Consequência disso: hoje, no Brasil, é permitido que uma empresa coloque uma grávida para trabalhar em um ambiente INSALUBRE!

Com isso, os postos de trabalho com carteira assinada dos sindicatos caíram 600%, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e do Ministério do Trabalho. Sem a força sindical, empregados podem ser pressionados com mais facilidade para que aceitem acordos que somente beneficiam o empregador, como o contrato intermitente por exemplo.

Privados de seus direitos, os trabalhadores não se sentem seguros nem mesmo para recorrer à justiça para denunciar abusos e assédio. A nova lei procura impor que o funcionário deverá arcar com os custos do processo, caso perca a ação.

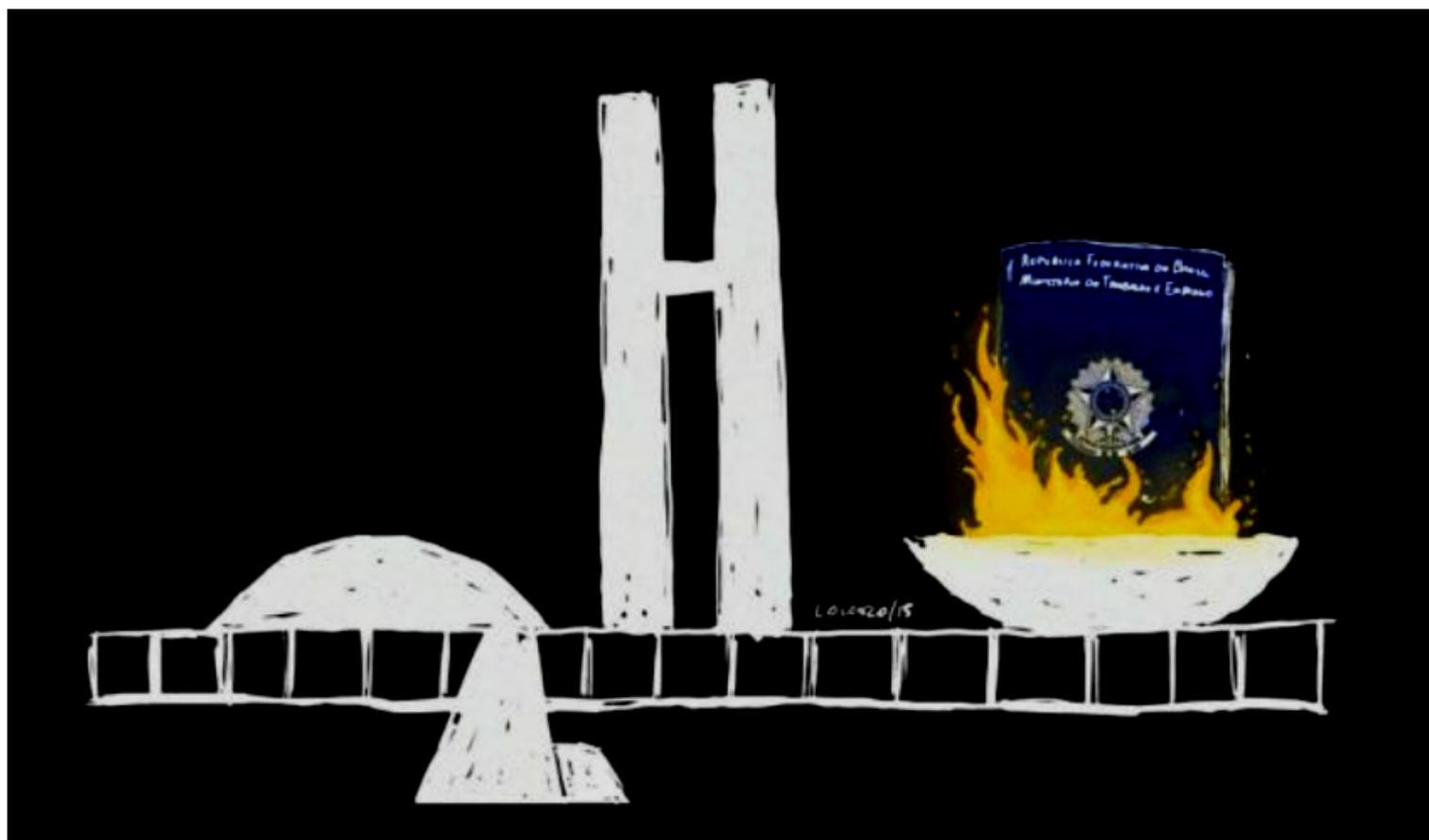
A punição se aplica também aos beneficiários da justiça gratuita, direito que também sofreu alteração a fim de limitar o acesso do empregado que não possui recursos suficientes para prosseguir legalmente com possíveis reclamações trabalhistas.

Todo esse conjunto de temeridades previstas na lei da “refor-

ma” foi possível, inclusive, com a ajuda de 29 deputados mineiros, entre os 296 votos favoráveis. Dentre eles, o deputado federal que conquistou 3.067 votos em Ouro Preto, Paulo Abi-Ackel (PSDB), relator do parecer (aprovado) que pediu o arquivamento das denúncias de corrupção contra Temer.

Além dele, os deputados federais Toninho Pinheiro (PP), Saraiva Felipe (PMDB), Rodrigo de Castro (PSDB), Rodrigo Pacheco (PMDB), Eduardo Barbosa (PSDB), Jaime Martins (PSD) e Leonardo Quintão (PMDB); os mais votados em Ouro Preto, foram a favor da “reforma” trabalhista.

No âmbito do Senado, Aécio Neves (PSDB), Antonio Anastasia (PSDB) e Zezé Perrella (PMDB) também votaram SIM para a retirada de direitos da classe trabalhadora. Veja na página seguinte todos os deputados mineiros que aprovaram este projeto infame (próxima página).



ASSASSINOS DA CLT

MINAS GERAIS

